

**PAUTA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DO ÓRGÃO ESPECIAL DO  
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
- 28 DE AGOSTO DE 2015 – 9h**

*OBS.: Conforme deliberação do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, em sua 1ª Sessão Ordinária, realizada no dia 11 de janeiro de 2012, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores, até a criação do seu próprio regimento.*

**I. DO EXPEDIENTE:** (art. 19, I, RI/CPJ).

a) **Verificação de quorum** (art. 19º, § 3º, alínea “a”, do RI/CPJ):

**ABERTURA DA SESSÃO:** (art. 19, § 1º, b, RI/CPJ): às \_\_\_ h: \_\_\_ min

**DELIBERAÇÃO ACERCA DA ATA** (art. 19, § 1º, c, RI/CPJ):

- Ata da 15ª Sessão Ordinária, realizada na data de 12/08/2015.

**DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS** (Art. 11 c/c art. 19, § 1º, d, RI/CPJ):

- *Consoante norma expressa no art. 11, parágrafo único, do RI/CPJ, os processos distribuídos constantes na presente pauta foram imediatamente conclusos aos Relatores, conforme relação a seguir:*

**RODÍZIO (ordem cronológica)**

**1- PROCESSO N.º 29961/2015-6 (Eletrônico)**

**INTERESSADO(A):** Dr. Marcelo Cochrane Santiago Sampaio – Promotor de Justiça

**ASSUNTO:** Recurso interposto contra decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público nos autos do processo n.º 22633/2015-8, em que indeferiu pedido de inscrição do recorrente no edital n.º 029/2015 [remoção por merecimento para a 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aracati.

**RELATOR(A):** DRA. MARIA MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA

**RECEBIDO EM:** 19.08.2015

**2- PROCESSO N.º: 26711/2015-8**

**INTERESSADA:** Dra. Danielle Leal Bezerra Magalhães Porto – Promotora de Justiça

**ASSUNTO:** Trata-se de consulta formulada pelas Promotoras de Justiça Dra. Danielle Leal Bezerra Magalhães Porto e Dra. Yháskara Lacerda Cabral, através da qual requerem seja informado se há obrigação legal das signatárias de participar das audiências de custódia enquanto não firmado convênio ou termo de cooperação pelo Ministério Público do Estado do Ceará ou regulamentada a matéria por lei federal.

**RELATOR(A):** DR. LUIZ EDUARDO DOS SANTOS

**RECEBIDO EM:** 19.08.2015

**3- PROCESSO N.º:** 14368/2015-1 (Anexo: 24627/2015-8)

**INTERESSADO:** Dr. Lucas Felipe Azevedo de Brito – Promotor de Justiça e Presidente da ACMP

**ASSUNTO:** Trata-se de Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do Processo n.º 14368/2015-1, em que indeferiu pedido de pagamento de diárias aos Membros do MPCE participantes do curso de formação no ano de 2015.

**RELATOR(A):** DRA. ROZA LINA DO NASCIMENTO MAIA

**RECEBIDO EM:** 24.08.2015

**MATÉRIAS PARA DELIBERAÇÃO:**

**01 – PROCESSO N.º 26766/2015-2**

**INTERESSADO(A):** Dr. Marcos Tibério Castelo Aires – Procurador de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará

**ASSUNTO:** Solicita a concessão de férias, a serem gozadas entre 13 de outubro e 11 de novembro de 2015, nos termos do art. 31, inciso II, alínea “s”, da Lei Complementar Estadual n.º 72/2008, com a nova redação dada pela Lei Complementar Estadual n.º 100/2011, bem como requer a conversão do terço inicial em abono pecuniário, nos termos do disposto no art. 2º, §§ 1º e 3º c/c art. 7º, parágrafo único, inciso IV, do Provimento n.º 138/2014.

**OBS.:** *Cópia do processo digitalizada encaminhada aos membros do OE-CPJ juntamente com a presente Pauta.*

**02 – PROCESSO N.º 31114/2015-8**

**INTERESSADO(A):** Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado – Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará

**ASSUNTO:** Solicita a concessão de férias, a serem gozadas entre 06 de janeiro de 2016 a 04 de maio de 2016, nos termos do art. 31, inciso II, alínea “s”, da Lei Complementar Estadual n.º 72/2008, com a nova redação dada pela Lei Complementar n.º 100/2011.

**OBS.:** *Cópia do processo digitalizada encaminhada aos membros do OE-CPJ juntamente com a presente Pauta.*

**03 - PROPOSTA DE CALENDÁRIO DAS SESSÕES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA – PARA O EXERCÍCIO DE 2016:**

<b>JANEIRO</b>	<b>13</b>	<b>27</b>
<b>FEVEREIRO</b>	<b>12*</b>	<b>24</b>

<b>MARÇO</b>	<b>09</b>	<b>23</b>
<b>ABRIL</b>	<b>13</b>	<b>27</b>
<b>MAIO</b>	<b>11</b>	<b>25</b>
<b>JUNHO</b>	<b>08</b>	<b>22</b>
<b>JULHO</b>	<b>13</b>	<b>27</b>
<b>AGOSTO</b>	<b>10</b>	<b>24</b>
<b>SETEMBRO</b>	<b>14</b>	<b>28</b>
<b>OUTUBRO</b>	<b>13*</b>	<b>26</b>
<b>NOVEMBRO</b>	<b>09</b>	<b>23</b>
<b>DEZEMBRO</b>	<b>07*</b>	<b>-</b>

**Obs.1:** No mês fevereiro, o dia 10/02/2016 é quarta-feira de cinzas, sendo que dia 11/02/2016 já foi reservado para realização de Sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, razão pela qual sugerimos, portanto, que a Sessão seja realizada no primeiro dia útil seguinte desimpedido (12/02/2016), em cumprimento ao regimento;

**Obs.2:** No mês outubro, o dia 12/10/2016 é feriado de Nossa Senhora Aparecida. Sugerimos, portanto, que a Sessão seja realizada no primeiro dia útil seguinte desimpedido (13/10/2016);

**Obs.3:** No mês de dezembro, sugerimos a realização das 02 (duas) Sessões regimentais na data de 07/12/2016, em virtude da proximidade do recesso natalino e a necessidade de ser reservada data para a realização de Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça.

## JULGAMENTOS

### GRADE DE JULGAMENTO

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. FRANCISCA IDELÁRIA PINHEIRO LINHARES**

<p><b>Processo nº 09965/2014-4</b>  Interessado: Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado – Procurador-Geral de Justiça.  Assunto: Encaminha minuta de Projeto de Lei que altera o Art. 1º da Lei Estadual n.º 15.536 e os anexos da Lei Estadual nº 14.043, que disciplina a atribuição dos cargos de servidor criados pela Lei</p>	<p><b><i>Distribuído por rodízio</i></b></p> <p><b><u>07/07/2014</u></b></p> <p><b><i>Registro de distribuição: 13ª Sessão Ordinária.</i></b></p>
---	---

nº 15.536 no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará.	<i>Converteu em diligência na data de 16/10/2014.</i>
<b>PROCESSO N.º 11620/2015-8</b> <b>INTERESSADO:</b> Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado – Procurador-Geral de Justiça. <b>ASSUNTO:</b> Minuta de Resolução dispondo sobre as atribuições das Promotorias de Justiça dos Juizados Especiais de Fortaleza e dá outras providências.	<i>Distribuído por rodízio</i>  <i>15/05/2015</i>  <i><u>Registro de distribuição:</u></i> <i><u>10ª Sessão Ordinária de 2015.</u></i>
<b>PROCESSO N.º 17537/2015-8</b> <b>INTERESSADO:</b> Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado – Procurador-Geral de Justiça. <b>ASSUNTO:</b> Minuta de Resolução que regulamenta os critérios de indicação dos membros do Ministério Público para oficiarem perante as Turmas Recursais e dá outras providências.	<i>Distribuído por prevenção</i>  <i>19/05/2015</i>  <i><u>Registro de distribuição:</u></i> <i><u>10ª Sessão Ordinária de 2015.</u></i>
<b>PROCESSO N.º 23317/2015-7</b> <b>INTERESSADO(A):</b> Daniele Bomfim Máximo – Técnica Ministerial. <b>ASSUNTO:</b> Trata-se de Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do Processo n.º 17017/2015-1, em que indeferiu pedido de substituição da Assessora Jurídica Leila Reinaldo Freitas pela servidora Daniele Bomfim Máximo, durante o afastamento da primeira para gozo de férias, em razão de insuficiência temporária de recursos orçamentários e financeiros.	<i>Distribuído por rodízio</i>  <i>26/06/2015</i>  <i><u>Registro de distribuição:</u></i> <i><u>3ª Sessão Extraordinária de 2015.</u></i>

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. ROSEMARY DE ALMEIDA BRASILEIRO**

<b>DADOS DOS PROCESSOS</b>	<b>Distribuição</b>
<b>PROCESSO Nº 24688/2012-7</b> <b>INTERESSADAS:</b> Luiza Amélia Macedo Paiva e Denise Norões Barbosa – Servidoras do Ministério Público do Estado do Ceará. <b>ASSUNTO:</b> Pedido de reconsideração de decisão do Procurador-Geral de Justiça relativa a desconto nos vencimentos das servidoras postulantes, por entender que não houve justificação da chefia imediata para o registro de ausência no local de trabalho.	<i>Redistribuído por rodízio</i>  <i>30/06/2015</i>  <i><u>Registro de distribuição:</u></i> <i><u>3ª Sessão Extraordinária de 2015.</u></i>

--	--

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. JOSÉ MAURÍCIO CARNEIRO**

DADOS DOS PROCESSOS	Distribuição
<p><b>PROCESSO: 23120/2013-0</b>  <b>INTERESSADA:</b> Dra. Camila Maria Oliveira de Saboya – Promotora de Justiça  <b>ASSUNTO:</b> Trata-se de minuta de Regimento Interno da Secretaria-Executiva das Promotorias de Justiça de Quixadá, encaminhada pela Sra. Promotora de Justiça Dra. Camila Maria Oliveira de Saboya – Secretária Executiva das Promotorias de Justiça de Quixadá.</p>	<p><i>Distribuído por rodízio</i></p> <p><u>Registro de distribuição: 3ª Sessão Ordinária de 2015.</u></p> <p><i>Converteu em diligência no dia 06.02.2015.</i></p> <p><i>Retornou com a diligência cumprida em 15/07/14.</i></p>
<p><b>PROCESSO N.º 45100/2014-4 (eletrônico)</b>  <b>INTERESSADA:</b> Anny Stefany Leite de Moraes – Técnica Ministerial  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo n.º 28829/2014-9, de conceder gratificação por atividade técnica à servidora recorrente somente a partir de 01/12/2014, 04 (quatro) meses após o início de suas atividades como conciliadora do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (DECON) de Juazeiro do Norte.</p>	<p><i>Redistribuído por rodízio</i></p> <p><i>30/06/2015</i></p> <p><u>Registro de distribuição: 3ª Sessão Extraordinária de 2015.</u></p>

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. JOSÉ VALDO SILVA**

DADOS DOS PROCESSOS	Distribuição
<p><b>PROCESSO ELETRÔNICO N.º: 30752/2013-1 (Anexos: 21985/2014-6 e 36236/2014-7)</b>  <b>INTERESSADO:</b> Dr. Domingos Sávio de Freitas Amorim – Promotor de Justiça  <b>ASSUNTO:</b> Trata-se de recurso administrativo apresentado pelo Senhor Promotor de Justiça Dr. Domingos Sávio de Freitas Amorim, em face da decisão exarada pelo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do Processo Administrativo n.º 30752/2013-1, no qual foi denegada ajuda de custo por exercício cumulativo de função.</p>	<p><i>Distribuído por rodízio</i></p> <p><u>Registro de distribuição: 3ª Sessão Ordinária de 2015.</u></p> <p><b><u>SOBRESTADO CONFORME REGISTRO NA 4ª SESSÃO ORDI-</u></b></p>

	<p><b><u>NÁRIA DO OECPJ RE-ALIZADA EM 25/02/2015, AGUARDANDO DECISÃO DO CNMP EM CASO SIMILAR DE INTERESSE DO DR. PEDRO OLÍMPIO MONTEIRO FILHO.</u></b></p>
<p><b>PROCESSO N.º 18135/2015-0</b>  <b>INTERESSADO(A):</b> Dr(a). Francisco Osiete Cavalcante Filho – Procurador de Justiça e Membro do Conselho Superior do Ministério Público.  <b>ASSUNTO:</b> Encaminha recurso contra decisão do Conselho Superior do Ministério Público, nos autos do processo n.º 12378/2015-2, que, em sua 19ª Sessão Ordinária, realizada na data de 19 de maio de 2015, decidiu contrário à relatoria pelo DEFERIMENTO do pedido de inscrição para o concurso de promoção para a Entrância Final, nos termos do Edital n.º 023/2015(M), de interesse do Promotor de Justiça Dr. Francisco Elnatan Carlos de Oliveira Júnior</p>	<p><i>Distribuído por rodízio</i></p> <p><b>26/05/15</b></p> <p><i><u>Registro de distribuição: 11ª Sessão Ordinária de 2015.</u></i></p>
<p><b>PROCESSO N.º 27709/2015-1</b>  <b>INTERESSADO(A):</b> Dra. Sandra Viana Pinheiro – Secretária dos Órgãos Colegiados.  <b>ASSUNTO:</b> Escolha do "Membro Padrão do Ministério Público do Estado do Ceará" e do "Amigo do Ministério Público do Estado do Ceará".  <b>RELATOR(A):</b> Dr. José Valdo Silva.  <b>RECEBIDO EM:</b> 31/07/2015</p>	<p><i>Distribuído por compensação</i></p> <p><b>31/07/15</b></p> <p><i><u>Registro de distribuição: 15ª Sessão Ordinária de 2015.</u></i></p>
<p><b>PROCESSO N.º 16060/2015-2</b>  <b>PEDIDO DE VISTA: DR. JOSÉ VALDO SILVA – 15ª SESSÃO ORDINÁRIA – 12/08/15.</b>  <b>RELATORA ORIGINÁRIA: DRA. MARIA NEVES FEITOSA CAMPOS.</b>  <b>INTERESSADO(A):</b> Dra. Maria Magnólia Barbosa da Silva – Procuradora de Justiça e Ouvidora Geral do Ministério Público.  <b>ASSUNTO:</b> Minuta de Regimento Interno da Ouvidoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará.</p>	<p><i><u>Pedido de vista - 15ª Sessão Ordinária - 12/08/15.</u></i></p>

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. VERA LÚCIA DE CARVALHO BRANDÃO**

<p><b>PROCESSO N.º 39021/2014-0 (anexos: 46817/2014-2, RECURSO: 01836/2015-2)</b>  <b>INTERESSADA:</b> Dra. Ann Celly Sampaio Cavalcante – Promotora de Justiça e Secretária Executiva do DECON (à época)  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo n.º 39021/2014-0, que indeferiu o abono de atrasos/faltas constantes no espelho de frequência do mês de setembro/2014 do servidor Ticiano Gomes Feitosa.</p> <p><b>PROCESSO N.º 21420/2015-1</b>  <b>INTERESSADO(A):</b> Procuradoria-Geral de Justiça, através da Assessoria de Políticas Institucionais.  <b>ASSUNTO:</b> Minuta de Anteprojeto de Lei alterando o Art. 23 da Lei Estadual n.º 14.043/2007.</p> <p><b>RELATOR(A):</b> Dra. Vera Lúcia de Carvalho Brandão.  <b>RECEBIDO EM:</b> 03/08/2015</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><u>10/02/2015</u></p> <p><i><b>Registro de distribuição:</b></i>  <i><b>4ª Sessão Ordinária.</b></i></p> <p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><u>03/08/2015</u></p> <p><i><b>Registro de distribuição:</b></i>  <i><b>15ª Sessão Ordinária de 2015.</b></i></p>
---	--

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. ZÉLIA MARIA DE MORAES ROCHA**

DADOS DOS PROCESSOS	Distribuição
<p><b>Processo n.º 23670/2010-0 (Anexos: 23669/2010-2, 15293//2010-1, 15116/2013-8, 25279/2010-8, 17184/2013-4).</b>  <b>INTERESSADA:</b> Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto – Procuradora-Geral de Justiça (à época).  <b>ASSUNTO:</b> Encaminha minuta de resolução que regulamenta a atuação dos Órgãos de Execução, em matéria de natureza cível, em atenção à deliberação do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.</p>	<p><i><b>Distribuído por prevenção</b></i></p> <p><u>3ª Sessão</u>  <u>14/03/2012</u></p> <p><i><b>Retornou com o cumprimento de diligência em 12/04/2013.</b></i></p> <p><b>BAIXOU EM DILIGÊNCIA EM SECRETARIA NA DATA DE 05/08/2013 (ENCAMINHAMENTO PARA API)</b></p> <p><i><b>Retornou com a diligência cumprida em 05/03/15.</b></i></p>
<p><b>PROCESSO N.º 01157/2015-3</b>  <b>INTERESSADO:</b> Assessoria de Políticas Institucionais da Procuradoria Geral de Justiça.  <b>ASSUNTO:</b> Proposta de alteração nos Provimentos e Resoluções vigentes no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará no sentido de substituir a expressão "portadores de deficiência" para</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><u>02/03/2015</u></p> <p><i><b>Registro de distribuição: 5ª Sessão Ordinária.</b></i></p>

"pessoas com deficiência".	
<p><b>PROCESSO N.º 19476/2015-7</b>  <b>INTERESSADO(A):</b> Dr. José Silderlândio do Nascimento – Promotor de Justiça e Secretário Executivo das Promotorias de Justiça de Juazeiro do Norte.  <b>ASSUNTO:</b> Minuta de Regimento Interno da Secretaria Executiva das Promotorias de Justiça da Comarca de Juazeiro do Norte.</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><u><b>29/05/2015</b></u></p> <p><i><b>Registro de distribuição: 11ª Sessão Ordinária de 2015.</b></i></p> <p><b>1. Converteu em diligência em 24/07/15.</b></p> <p><b>2. Retornou com a diligência cumprida em 10/08/15.</b></p>
<p><b>PROCESSO N.º 22407/2015-7</b>  <b>INTERESSADO(A):</b> Dr. Sérgio Maia Louchard e Outros – Promotores de Justiça e Secretário Executivo da SEPIJ e Titular da 1ª Promotoria da Infância.  <b>ASSUNTO:</b> Solicita que a decisão do Órgão Especial proferida no Processo nº 23273/2014-9, que deliberou pela alteração do Provisório n.º 066/2011, excluindo os Promotores das Varas Cíveis dos Plantões da Infância e Juventude, seja adequada, no sentido de reincluí-los à Escala de Plantões da Infância, em função da Resolução nº 06/2015 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><u><b>14/07/2015</b></u></p> <p><i><b>Registro de distribuição: 14ª Sessão Ordinária de 2015.</b></i></p> <p><i><b>Diligência – 15ª Sessão Ordinária – 12.08.15</b></i></p>

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. SHEILA CAVALCANTE PITOMBEIRA**

<b>DADOS DOS PROCESSOS</b>	<b>Distribuição</b>
<p><b>Processo nº 21241/2012-8</b>  <u><b>PEDIDO DE VISTA 1: DRA. SHEILA CAVALCANTE PITOMBEIRA - 15ª Sessão Ordinária – 14/08/2013.</b></u>  <u><b>PEDIDO DE VISTA 2: DRA. MARIA NEVES FEITOSA CAMPOS - 7ª Sessão Ordinária – 09/04/2014.</b></u>  <u><b>RELATOR ORIGINÁRIO: DR. FRANCISCO GADELHA DA SILVEIRA.</b></u>  <b>INTERESSADO:</b> Dr. Benedito Augusto da Silva Neto – Promotor de Justiça e Diretor da Escola Superior do Ministério Público  <b>ASSUNTO:</b> Encaminha solicitação para elaboração de minuta de projeto de lei para instituir o serviço especializado voluntário no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará.</p>	<p><i><b>PEDIDO DE VISTA (1) NA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA – 14/08/2013.</b></i></p> <p><i><b>PEDIDO DE VISTA (2) NA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA – 09/04/2014.</b></i></p> <p><i><b>Aguardando cumprimento de diligência – 11ª Sessão Ordinária.</b></i></p> <p><i><b>Retornou com a diligência cumprida em 09/06/2015.</b></i></p>



	<i>Converteu em diligência em 19/06/2015.</i>
<p><b>PROCESSO N.º 31847/2014-6 (7552/2015-9)</b>  <b>INTERESSADO:</b> Dr. José Aurélio da Silva – Promotor de Justiça.  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo n.º 31847/2014-6, que indeferiu pedido de pagamento de auxílio-alimentação em período de férias.</p>	<p><i>Distribuído por rodízio</i></p> <p><u>10/03/2015</u></p> <p><i><u>Registro de distribuição: 6ª Sessão Ordinária – 2015.</u></i></p> <p><i>Converteu em diligência em 10/04/2015.</i></p> <p><i>Retornou com a diligência cumprida em 24.08.2015</i></p>
<p><b>PROCESSO N.º 13697/2015-4</b>  <b>INTERESSADO:</b> Dr. Lucas Felipe Azevedo de Brito – Presidente da ACMP  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo n.º 5024/2015-1, requerendo o pagamento de diárias de Membros do Ministério Público que se deslocarem para local diverso de sua lotação, inclusive em regiões metropolitanas, independentemente de pernoite.</p>	<p><i>Distribuído por rodízio</i></p> <p><u>16/04/2015</u></p> <p><i><u>Registro de distribuição: 8ª Sessão Ordinária – 2015.</u></i></p> <p><i>Converteu em diligência em 29/04/2015.</i></p>
<p><b>PROCESSO N.º 16900/2015-9 (anexo: 13138/2015-9)</b>  <b>INTERESSADO(A):</b> Dra. Valeska Catunda Bastos – Promotora de Justiça  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do Processo n.º 13138/2015-9, que indeferiu pedido da recorrente de designação do grupo composto pelo Provimento n.º 072/2014 para fins de auxílio em Procedimento Administrativo relativo à Promotoria de Justiça do juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Tauá, tendo designado de forma aleatória outros membros para o referido trabalho através da Portaria n.º 2750/2015.</p>	<p><i>Distribuído por rodízio</i></p> <p><u>02/06/2015</u></p> <p><i><u>Registro de distribuição: 11ª Sessão Ordinária de 2015.</u></i></p>
<p><b>PROCESSO N.º 5850/2007-6 (anexos: 7172/2007-3; 3851/2014-2; 3901/2014-5; 5631/2014-6; 7057/2014-2; 7885/2014-6; 30679/2014-4; 38532/2014-7; 9906/2015-5; 11619/2015-0; 19622/2015-6; 23469/2015-6 - embargos)</b></p>	<p><i>Distribuído por rodízio</i></p> <p><u>29/06/2015</u></p>

<p><b>INTERESSADO(A):</b> Dr. Ionilton Pereira do Vale – Promotor de Justiça.</p> <p><b>ASSUNTO:</b> Embargos declaratórios com efeitos infringentes no processo n.º 5850/2007-6, apreciado pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça em sua 12ª Sessão Ordinária, realizada na data de 24/06/15.</p> <p><b>RELATOR(A):</b> Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira.</p> <p><b>RECEBIDO EM:</b> 29/06/2015</p>	<p><b><u>Registro de distribuição: 3ª Sessão Extraordinária de 2015.</u></b></p> <p><b><u>Retornou com a diligência cumprida em 27/07/15.</u></b></p>
--	---

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. MARIA NEVES FEITOSA CAMPOS**

DADOS DOS PROCESSOS	Distribuição
<p><b>Processo n° 21241/2012-8</b></p> <p><b><u>PEDIDO DE VISTA 1: DRA. SHEILA CAVALCANTE PITOMBEIRA - 15ª Sessão Ordinária – 14/08/2013.</u></b></p> <p><b><u>PEDIDO DE VISTA 2: DRA. MARIA NEVES FEITOSA CAMPOS - 7ª Sessão Ordinária – 09/04/2014.</u></b></p> <p><b>RELATOR ORIGINÁRIO: DR. FRANCISCO GADELHA DA SILVEIRA.</b></p> <p><b>INTERESSADO:</b> Dr. Benedito Augusto da Silva Neto – Promotor de Justiça e Diretor da Escola Superior do Ministério Público</p> <p><b>ASSUNTO:</b> Encaminha solicitação para elaboração de minuta de projeto de lei para instituir o serviço especializado voluntário no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará.</p>	<p><b><i>PEDIDO DE VISTA 1 NA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA – 13/08/2013.</i></b></p> <p><b><i>PEDIDO DE VISTA 2 NA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA – 09/04/2014.</i></b></p> <p><b><i>Aguardando cumprimento de diligência – 11ª Sessão Ordinária.</i></b></p> <p><b><i>Retornou com a diligência cumprida em 09/06/2015.</i></b></p> <p><b><i>Converteu em diligência em 19/06/2015.</i></b></p> <p><b><i>Retornou com a diligência cumprida em 19.08.2015</i></b></p>
<p><b>PROCESSO N° 25974/2013-8 (Anexo: 455/2014-4)</b></p> <p><b>INTERESSADO:</b> Gilson da Costa Oliveira – Auxiliar Administrativo.</p> <p><b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo n.º 25974/2013-8 (Anexo: 45572/2014-4), que indeferiu o pleito de pagamento integral do abono salarial do PIS 2013 (referente ao ano de 2012).</p>	<p><b><i>Distribuído por rodízio</i></b></p> <p><b><i>11/03/2015</i></b></p> <p><b><u>Registro de distribuição: 6ª Sessão Ordinária.</u></b></p> <p><b><i>Converteu em diligência na data de 10/04/2015</i></b></p>
<p><b>PROCESSO N.º 16060/2015-2</b></p> <p><b>PEDIDO DE VISTA: DR. JOSÉ VALDO SILVA – 15ª SES-</b></p>	<p><b><i>Distribuído por rodízio</i></b></p>

<p><b>SÃO ORDINÁRIA – 12/08/15.</b>  <b>INTERESSADO(A):</b> Dra. Maria Magnólia Barbosa da Silva – Procuradora de Justiça e Ouvidora Geral do Ministério Público.  <b>ASSUNTO:</b> Minuta de Regimento Interno da Ouvidoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará.</p>	<p><b>02/06/2015</b>  <u><b>Registro de distribuição: 11ª Sessão Ordinária de 2015.</b></u></p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. Converteu em diligência em 08/06/2015.</b></li> <li><b>2. Retornou com a diligência cumprida em 19/06/2015.</b></li> <li><b>3. Converteu em diligência em 07/07/15</b></li> <li><b>4. Retornou com a diligência cumprida em 20/07/15.</b></li> </ol>
---	---

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. MARIA MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA**

<p><b>PROCESSO N.º</b> 29961/2015-6 (Eletrônico)  <b>INTERESSADO(A):</b> Dr. Marcelo Cochrane Santiago Sampaio – Promotor de Justiça  <b>ASSUNTO:</b> Recurso interposto contra decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público nos autos do processo n.º 22633/2015-8, em que indeferiu pedido de inscrição do recorrente no edital n.º 029/2015 [remoção por merecimento para a 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aracati.</p>	<p><b><i>Distribuído por rodízio</i></b></p> <p><b>19/08/2015</b>  <u><b>Registro de distribuição: 16ª Sessão Ordinária de 2015.</b></u></p>
--	--

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. LUIZ EDUARDO DOS SANTOS**

<p><b>PROCESSO N.º:</b> 18159/2012-7 (Anexos: 19650/2012-4, 00193/2013-4, 01869/2013-8, 23742/2013-1)  <b>INTERESSADO:</b> Francisco Antônio Távora Colares – Presidente da SINSEMPECE.  <b>ASSUNTO:</b> Encaminha recurso contra decisão do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça nos autos do processo n.º 18159/2012-7, requerendo o sobrestamento das medidas administrativas relativas à contribuição sindical dos servidores ministeriais.</p>	<p><b><i>Distribuído por rodízio</i></b></p> <p><b>12/08/2014</b>  <u><b>Registro de distribuição: 16ª Sessão Ordinária.</b></u></p> <p><b><i>Baixado em diligência em 03.11.14</i></b></p>
--	---

<p><b>PROCESSO N.º: 40852/2014-5 (Anexos: 31570/2014-4, 36111/2014-2, 03347/2014-1, 31019/2014-2)</b>  <b>INTERESSADO:</b> Elaine Cristina Lopes de Sena – Técnica Ministerial  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo n.º 3347/2014-1 que considerou a servidora recorrente como inabilitada e não promovida para fins de progressão funcional.</p>	<p><i>Distribuído por rodízio</i></p> <p><b>02/12/14</b></p> <p><b><u>Registro de distribuição: 1ª Sessão Ordinária de 2015.</u></b></p>
<p><b>Processo n.º 33619/2014-7 (anexos: 31953/2014-2, 40098/2014-5, 39286/2014-9, 198/2015-8, 8885/2015-2)</b>  Interessada: Paloma Eugênia Monte de Sousa – Técnica Ministerial (Dr. Márcio Augusto Ribeiro Cavalcante – advogado)  Assunto: Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do Processo n.º 33619/2014-7, que puniu a servidora ora recorrente com a pena de 60 (sessenta) dias de suspensão.</p>	<p><i>Distribuído por rodízio</i></p> <p><b>17/03/15</b></p> <p><b><u>Registro de distribuição: 6ª Sessão Ordinária - 2015.</u></b></p>
<p><b>PROCESSO N.º 19383/2015-5 (anexo: 22018/2015-2, 24220/2015-2)</b>  <b>INTERESSADO(A):</b> Dr. Francisco Osiete Cavalcante Filho – Procurador de Justiça e Conselheiro.  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, que, à maioria dos votantes, votou pelo deferimento do pedido de inscrição para Promoção por Merecimento do Exmo. Sr. Promotor de Justiça Dr. Marcelo Cochrane Santiago Sampaio, relativo ao Edital nº 27/2015.</p>	<p><i>Distribuído por rodízio</i></p> <p><b>05/06/2015</b></p> <p><b><u>Registro de distribuição: 11ª Sessão Ordinária de 2015.</u></b></p>
<p><b>PROCESSO N.º 01244/2015-9</b>  <b>INTERESSADA:</b> Dra. Emirian de Sousa Lemos – Procuradora de Justiça.  <b><u>PEDIDO DE VISTA: DR. LUIZ EDUARDO DOS SANTOS – 10ª SESSÃO – 27/05/15.</u></b>  <b><u>RELATORA ORIGINÁRIA: DRA. LORAINE JACOB MOLINA.</u></b>  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo n.º 30963/2014-2, que indeferiu pagamento de gratificação pelo exercício cumulativo de funções aos Procuradores de Justiça cíveis, em razão de sua atuação, em regime de rodízio, nas Câmaras Cíveis Reunidas vinculadas às Câmaras Cíveis em que já exercem suas funções.</p>	<p><i>Distribuído por rodízio</i></p> <p><b><u>07/05/2015</u></b></p> <p><b><u>Registro de distribuição: 9ª Sessão Ordinária de 2015</u></b></p>

<p><b>PROCESSO N°:</b> 26711/2015-8  <b>INTERESSADA:</b> Dra. Danielle Leal Bezerra Magalhães Porto – Promotora de Justiça  <b>ASSUNTO:</b> Trata-se de consulta formulada pelas Promotoras de Justiça Dra. Danielle Leal Bezerra Magalhães Porto e Dra. Yháskara Lacerda Cabral, através da qual requerem seja informado se há obrigação legal das signatárias de participar das audiências de custódia enquanto não firmado convênio ou termo de cooperação pelo Ministério Público do Estado do Ceará ou regulamentada a matéria por lei federal.</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><u>19/08/2015</u></p> <p><i><b>Registro de distribuição: 16ª Sessão Ordinária de 2015</b></i></p>
--	---

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. ROZA LINA DO NASCIMENTO MAIA**

<p><b>Minuta de Provimento PPE</b>  <b>INTERESSADO:</b> Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, através da Assessoria de Políticas Institucionais.  <b>ASSUNTO:</b> Minuta de Provimento disciplinando o Procedimento Preparatório Eleitoral – PPE, passível de ser instaurado pelos Promotores de Justiça no exercício da função eleitoral.</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><b>23/10/2014</b></p> <p><i><b>Registro de distribuição: 21ª Sessão Ordinária.</b></i></p> <p><i><b>1. Baixou em diligência em 29/04/15.</b></i></p> <p><i><b>2. Retornou com a diligência cumprida em 26/05/15.</b></i></p>
<p><b>PROCESSO N.º: 05184/2014-6 (Anexo: 46067/2014-4)</b>  <b>INTERESSADO:</b> Conselho Superior do Ministério Público  <b>ASSUNTO:</b> Avaliação acerca de que feitos administrativos devem ser remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público para deliberação acerca de arquivamento.</p>	<p><i><b>Distribuído por compensação</b></i></p> <p><b>11/12/2014</b></p> <p><i><b>Registro de distribuição: 1ª Sessão Ordinária de 2015.</b></i></p>
<p><b>PROCESSO N.º: 14368/2015-1 (Anexo: 24627/2015-8)</b>  <b>INTERESSADO:</b> Dr. Lucas Felipe Azevedo de Brito – Promotor de Justiça e Presidente da ACMP</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><b>24/08/2015</b></p>

<p><b>ASSUNTO:</b> Trata-se de Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do Processo n.º 14368/2015-1, em que indeferiu pedido de pagamento de diárias aos Membros do MPCE participantes do curso de formação no ano de 2015.</p>	<p><b><u>Registro de distribuição: 16ª Sessão Ordinária.</u></b></p>
---	--

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. MARIA JOSÉ MARINHO DA FONSECA**

<p><b>PROCESSO N.º 20668/2014-9 (anexo: 40460/2014-7 – recurso)</b>  <b>INTERESSADA:</b> Francisco Airton Fonte Feitosa – Técnico Ministerial  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo n.º 20668/2014-9, que negou concessão de Gratificação de Incentivo à Titulação e Desenvolvimento Funcional (GITF) ao referido servidor.</p>	<p><b><i>Distribuído por rodízio</i></b></p> <p><b>29/04/2015</b></p> <p><b><u>Registro de distribuição: 9ª Sessão Ordinária.</u></b></p>
<p><b>PROCESSO N.º 18318/2015-2</b>  <b>INTERESSADO(A):</b> Dr. Marcos Tibério Castelo Aires – Corregedor-Geral do Ministério Público.  <b>ASSUNTO:</b> Relatório de correição procedida na Procuradoria de Justiça dos Crimes Contra a Administração Pública – PROCAP.</p>	<p><b><i>Distribuído por rodízio</i></b></p> <p><b>05/06/2015</b></p> <p><b><u>Registro de distribuição: 11ª Sessão Ordinária de 2015.</u></b></p>

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. EDNÉA TEIXEIRA MAGALHÃES**

<p><b>PROCESSO N.º 08844/2015-9</b>  <b>INTERESSADO:</b> Dr. Hugo Frota Magalhães Porto Neto - Promotor de Justiça.  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo n.º 854/2015-6, que indeferiu pedido de conversão em abono pecuniário de um terço de férias.</p>	<p><b><i>Distribuído por rodízio</i></b></p> <p><b>29/04/2015</b></p> <p><b><u>Registro de distribuição: 9ª Sessão Ordinária.</u></b></p>
<p><b>PROCESSO N.º 01157/2015-3</b>  <b>INTERESSADO(A):</b> Maria Verbene da Silva Costa – Técnica Ministerial.  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do Processo n.º 15781/2014-7, que indeferiu pedido</p>	<p><b><i>Distribuído por rodízio</i></b></p> <p><b>05/06/2015</b></p> <p><b><u>Registro de distribuição: 11ª Sessão Ordí-</u></b></p>

quanto ao abono das ocorrências verificadas na frequência de janeiro de 2014, bem como da negativa de dispensa de participação na escala de plantões.	<u><i>nária de 2015.</i></u>
---	------------------------------

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. MARIA ACÁCIA MOREIRA**

<p><b>PROCESSO N.º 27601/2014-3 (Anexos: 30590/2014-3, 4650/2012-1 e 17008/2015-0)</b>  <b>INTERESSADO:</b> Francisco Antônio Távora Colares – Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – SINSEMPECE.  <b>ASSUNTO:</b>Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo n.º 4650/2012-1, que indeferiu indenização de transporte aos servidores ministeriais convocados para treinamento acerca da implantação do manual do Técnico Ministerial.</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><u><i>29/04/2015</i></u></p> <p><u><i>Registro de distribuição: 9ª Sessão Ordinária.</i></u></p>
---	--

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. FÁTIMA DIANA ROCHA CAVALCANTE**

<p><b>PROCESSO N.º 37940/2014-3</b>  <b>INTERESSADO:</b> Dr. Fábio Miguel Argolo Silva – Promotor de Justiça.  <b>ASSUNTO:</b> Minuta de Regimento Interno da Secretaria-Executiva das Promotorias de Justiça de Barbalha.</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><u><i>23/10/2014</i></u></p> <p><u><i>Registro de distribuição: 21ª Sessão.</i></u></p>
<p><b>Processo n.º 8915/2015-7 (8916/2015-5 e 5927/2015-5) (ELETRÔNICOS)</b>  Interessada: Dra. Rafaella Cabral Bachá Caracas – Promotora de Justiça  Assunto: Recurso contra decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, que, em sua 9ª Sessão Ordinária, realizada em 03 de março de 2015, indeferiu os pedidos de inscrição referente ao concurso de promoção para Entrância Intermediária.</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><u><i>20/03/2015</i></u></p> <p><u><i>Registro de distribuição: 6ª Sessão Ordinária - 2015.</i></u></p>
<p><b>PROCESSO N.º 8631/2015-0</b>  <b>INTERESSADO:</b> Marco Antônio Souza Rodrigues – Técnico Ministerial  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><u><i>30/04/2015</i></u></p>

<p>de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo n.º 37298/2004-6, que indeferiu justificativa de ponto do servidor recorrente.</p>	<p><b><u>Registro de distribuição: 9ª Sessão Ordinária.</u></b></p>
<p><b>PROCESSO N.º 22432/2015-5</b>  <b>INTERESSADO(A):</b> Dr. Francisco Osiete Cavalcante Filho – Procurador de Justiça e Conselheiro.  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Conselho Superior do Ministério Público, nos autos do processo n.º 17347/2015-2, que, em sua 23ª Sessão Ordinária, decidiu contrário à relatoria pelo deferimento do pedido de inscrição para o concurso de promoção na Entrância Intermediária, nos termos do Edital n.º 028/2015(M), de interesse do Promotor de Justiça Dr. Marcelo Rodrigues da Cunha.</p>	<p><b><i>Distribuído por compensação</i></b></p> <p><b>24/06/2015</b></p> <p><b><u>Registro de distribuição: 3ª Sessão Extraordinária.</u></b></p>

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. VERA MARIA FERNANDES FERRAZ**

<p><b>PROCESSO N.º 04819/2012-2 (Anexos: 4150/2012-2; 4149/2012-4; 6545/2012-1; 8528/2012-5; 8600/2012-2; 9076/2012-4; 18076/2012-3; 23432/2012-1; 31737/2012-3)</b>  <b>INTERESSADOS:</b> Lucas Ariel de Sousa Lourenço e José Kildo Carneiro de Oliveira – Técnicos Ministeriais.  <b>ASSUNTO:</b> Encaminham recurso contra decisão do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo administrativo n.º 4819/2012-2, em que condenou os servidores recorrentes à pena de suspensão pelo período de 05 (cinco) dias.</p>	<p><b><i>Distribuído por rodízio</i></b></p> <p><b><u>1ª Sessão</u></b>  <b>08/01/2014</b></p>
<p><b>PROCESSO N.º: 20335/2014-5 (Anexos: 28914/2014-9; 37633/2014-4)</b>  <b>INTERESSADA:</b> Dra. Ana Cristina de Paula Cavalcante Parahyba – Promotora de Justiça  <b>ASSUNTO:</b> Encaminha reconsideração de decisão proferida pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do Processo Administrativo n.º 20335/2014-5, de indeferimento de conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, conforme faculta o Provimento n.º 138/2014.</p>	<p><b><i>Distribuído por rodízio</i></b></p> <p><b>04/09/2014</b></p> <p><b><u>Registro de distribuição: 17ª Sessão Ordinária.</u></b></p>



<p><b>PROCESSO N.º 38115/2014-1 (Anexo: 13484/2014-0; 29862/2014-9; 21153/2014-1; 38189/2014-6)</b>  <b>INTERESSADO:</b> Dr. Oscar d'Alva e Souza Filho – Procurador de Justiça e Ouvidor- Geral do Ministério Público, em exercício.  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo n.º 13484/2014-0 (29862/2014-9), que indeferiu pedido de concessão de gratificação por elaboração ou execução de trabalho científico à Técnica Ministerial Inês Cristina Alencar de Albuquerque Barbosa, lotada na Ouvidoria-Geral do MP.</p>	<p><i><b>Distribuído por compensação</b></i></p> <p><b>14/11/2014</b></p> <p><b><u>Registro de distribuição:</u></b>  <b><u>22ª Sessão Ordinária.</u></b></p>
<p><b>PROCESSO N.º 20214/2014-2 (Anexos: 37976/2014-7, 45836/2014-3, 47376/2014-8)</b>  <b>INTERESSADO:</b> Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa – Promotor de Justiça.  <b>ASSUNTO:</b> Trata-se de processo referente à decisão em Pedido de reconsideração do Procurador-Geral de Justiça relativa à conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário.</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><b>30/12/2014</b></p> <p><b><u>Registro de distribuição:</u></b>  <b><u>1ª Sessão Ordinária de 2015.</u></b></p>
<p><b>PROCESSO N.º 23340/2015-9 – (22446/2015-5 - recurso)</b>  <b>INTERESSADO:</b> Suelen Allane Rodrigues de Castro – Técnica Ministerial  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do Processo n.º 16932/2015-2, em que indeferiu pedido de substituição da Assessoria Jurídica Cicila Daiane Barbosa de Oliveira pela servidora Suelen Allane Rodrigues de Castro, durante o afastamento da primeira para gozo de férias.</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><b>22/06/2015</b></p> <p><b><u>Registro de distribuição:</u></b>  <b><u>3ª Sessão Extraordinária de 2015.</u></b></p>

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. LORAINÉ JACOB MOLINA**

<p><b>PROCESSO N.º 37005/2014-5 (Anexos: 05624/2014-1, 09404/2014-4, 15540/2014-9, 17685/2014-8, 19420/2014-8, 1576/2015-4) – Baixou em diligência na Secretaria na data de 13/06/2014.</b>  <b>INTERESSADO:</b> Dr. Zenilson Brito Veras Coelho – Advogado.  <b>ASSUNTO:</b> Encaminha recurso contra decisão da Douta Corregedoria-Geral do Ministério Público, nos autos do processo n.º 05624/2014-1, de arquivamento de representação formulada contra Promotor de Justiça.</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><b>09/06/2014</b></p> <p><b><u>Registro de distribuição:</u></b>  <b><u>10ª Sessão.</u></b></p> <p><i><b>Aguardando retorno de diligência. - OBS: Informado pela APG através do Processo n.º</b></i></p>
--	--

	<p><u>1576/2015-4 que os Processos n° 05624/2014-1 e anexos encontram-se na Corregedoria-Geral do Ministério Público. Conforme consulta junto ao Protocolo Web o processo encontra-se na CGMP desde o dia 02/01/2015.</u></p> <p><i>Retornou com a diligência cumprida em 31/07/15.</i></p>
<p><b>PROCESSO N.º 37927/2014-0 (Anexos: 43199/2014-8 e 201/2015-0)</b>  <b>INTERESSADA:</b> Alessandra Maria Dias Saraiva – Técnica Ministerial  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo administrativo n° 13453/2014-5, em que inabilitou a recorrente para o processo de progressão funcional, referente ao ano base de 2013, por ausência do requisito temporal.</p>	<p><i><b>Distribuído por compensação</b></i></p> <p><i><b>- 31/10/2014</b></i></p> <p><i><b><u>Registro de distribuição: 21ª Sessão Ordinária.</u></b></i></p> <p><i><b><u>Converteu em diligência em 22/12/14.</u></b></i></p> <p><i><b><u>Retornou com a diligência cumprida em 06/07/2015.</u></b></i></p>
<p><b>PROCESSO N.º 01244/2015-9</b>  <b>INTERESSADA:</b> Dra. Emirian de Sousa Lemos – Procuradora de Justiça.  <b><u>PEDIDO DE VISTA: DR. LUIZ EDUARDO DOS SANTOS – 10ª SESSÃO – 27/05/15.</u></b>  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo n.º 30963/2014-2, que indeferiu pagamento de gratificação pelo exercício cumulativo de funções aos Procuradores de Justiça cíveis, em razão de sua atuação, em regime de rodízio, nas</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><i><b><u>07/05/2015</u></b></i></p> <p><i><b><u>Registro de distribuição: 9ª Sessão Ordinária de 2015</u></b></i></p>

<p>Câmaras Cíveis Reunidas vinculadas às Câmaras Cíveis em que já exercem suas funções.</p>	
<p><b>PROCESSO N.º 23185/2015-8</b>  <b>INTERESSADO(A):</b> Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira – Procuradora de Justiça  <b>ASSUNTO:</b> Homologação do resultado da eleição para composição do Comitê de Avaliação da Certificação do Selo SIARA.</p>	<p><i><b>Distribuído por compensação</b></i></p> <p><u><i><b>26/06/2015</b></i></u></p> <p><i><b>Registro de distribuição: 3ª Sessão Extraordinária de 2015</b></i></p> <p><i><b>Convertido em diligência em 03/07/2015.</b></i></p> <p><i><b>Retornou com a diligência cumprida em 07/07/2015.</b></i></p>
<p><b>PROCESSO N.º 19505/2015-3</b>  <b>INTERESSADO(A):</b> Zenilson Brito Veras Coelho – Advogado  <b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão da Exma. Sra. Procuradora-Geral de Justiça em exercício, Dra. Eliani Alves Nobre, de arquivamento de sindicância instaurada mediante Portaria n.º 018/2014/CGMP, contra Membro do Ministério Público.</p>	<p><i><b>Distribuído por conexão</b></i></p> <p><u><i><b>31/07/2015</b></i></u></p> <p><i><b>Registro de distribuição: 15ª Sessão Ordinária de 2015</b></i></p>

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. ÂNGELA MARIA GÓIS DO AMARAL ALBUQUERQUE LEITE**

<p><b>PROCESSO N.º: 28488/2013-6</b>  <b>INTERESSADO:</b> Fabiana Rodrigues Lucena – Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará  <b>ASSUNTO:</b> Encaminha recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo administrativo n.º 22537/2012-8, em que indeferiu pedido de reconsideração acerca do Provimento que regulamenta o pagamento de auxílio-alimentação aos servidores</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><i><b>09/09/2014</b></i></p> <p><i><b>Registro de distribuição: 18ª Sessão.</b></i></p> <p><i><b>PRIORIDADE DE</b></i></p>
--	--

<p>do Ministério Público do Estado do Ceará.</p> <p><b>PROCESSO N.º 10360/2015-2 (Anexos: 10361/2015-0, 6317/2015-8, 6318/2015-6, 6319/2015-4, 6320/2015-2, 6322/2015-8, 6324/2015-4, 6323/2015-6, 29169/2015-6) (Eletrônicos)</b></p> <p><b>INTERESSADO:</b> Dr. Paulo Roberto Cristo da Cruz Albuquerque – Promotor de Justiça.</p> <p><b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Conselho Superior do Ministério Público de indeferimento de pedido de inscrição às Promoções referentes aos editais n.ºs 001/2015(A), 003/2015(A), 005/2015(A), 007/2015(A), 009/2015(A), 013/2015(A) e 017/2015(A).</p>	<p><b><u>JULGAMENTO</u></b></p> <p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><i><b>27/03/2015</b></i></p> <p><b><u>Registro de distribuição: 7ª Sessão.</u></b></p>
<p><b>PROCESSO N.º 33652/2014-8</b></p> <p><b>INTERESSADA:</b> Dra. Edna Lopes Costa da Matta – Promotora de Justiça.</p> <p><b>ASSUNTO:</b> Recurso contra decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, nos autos do processo n.º 20541/2014-8, que negou concessão de Gratificação de Execução de Trabalho Relevante à servidora lotada no CAOCIDADANIA.</p> <p><b>PROCESSO N.º 14616/2015-3 (anexo: 19985/2015-7)</b></p> <p><b>INTERESSADO(A):</b> Dr. Marcos Tibério Castelo Aires – Corregedor-Geral do Ministério Público.</p> <p><b>ASSUNTO:</b> Minuta de Resolução dispondo sobre a atuação dos Promotores de Justiça nas ações cíveis e dá outras providências.</p> <p><b>RELATOR(A):</b> Dra. Ângela Maria Góis do Amaral Albuquerque Leite.</p>	<p><i><b>Distribuído por rodízio</b></i></p> <p><i><b>15/05/2015</b></i></p> <p><b><u>Registro de distribuição: 10ª Sessão Ordinária de 2015.</u></b></p> <p><i><b>Distribuído por compensação</b></i></p> <p><i><b>20/07/2015</b></i></p> <p><b><u>Registro de distribuição: 14ª Sessão Ordinária de 2015.</u></b></p>